

James C. Scott. 2017. *Against the Grain: A Deep History of the Earliest States*. New Haven, CT: Yale University Press. 312p. ISBN: 978-0300182910.

<http://dx.doi.org/10.15446/ma.v10n2.83255>

GUILHERME HENRIQUES SOARES, Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas - PPGAS/UFAM. ghsoares24@gmail.com

Uma nova história antiga

Para alguém sem nenhum tipo de conhecimento especializado em Arqueologia e História Antiga, i.e., um leigo como eu, o livro de James C. Scott impressionou bastante, e sem dúvida nenhuma compartilhei em cada página do entusiasmo da descoberta que, nas próprias palavras do autor, anima o texto. Scott é professor de Ciência Política em Yale, dirigindo, desde 1991, o Programa de Estudos Agrários da Universidade. Conhecido por seu trabalho no sudeste da Ásia, exerce bastante influência nos estudos sobre populações do campo, sendo caracterizado por vezes como um autor “idiossincrático”. No Brasil, pelo que pude auferir rapidamente, seu conceito de “resistência cotidiana”, um repertório variado de estratégias prosaicas e não-oficiais de resistência diária às condições de exploração vividas por algumas populações rurais, é bastante mobilizado por Cientistas Políticos engajados com o estudo destes grupos. O que me chamou atenção no livro de Scott, contudo, foi a relação que notei com a cada vez mais presente perspectiva multiespécie na Antropologia e toda a discussão, carregada de controvérsias, em torno do conceito de domesticação.

A narrativa convencional sobre a passagem do nomadismo ao sedentarismo por parte da humanidade é geralmente contada como uma história de triunfo da civilização, de etapas sucessivas a caminho do progresso, de melhoria da ordem e das formas de organização das sociedades e um incremento nas condições de vida gerais do ser humano, culminando na formação dos primeiros proto-Estados. Mesmo não sendo novidade nos círculos acadêmicos especializados que esta história está “mal contada”, ela é fortemente presente nos livros didáticos, na divulgação científica, nos documentários para a televisão (ou serviços de streaming) e no imaginário de muitas pessoas que não tem acesso ou simplesmente desconhecem os desenvolvimentos recentes da Arqueologia e História Antiga. É apoiado nestas disciplinas, e nos resultados apresentados por elas mais ou menos a partir do final dos anos 80, que Scott traz à tona os muitos erros e enganos contidos nesta narrativa.

Esses trabalhos dizem respeito à região da Mesopotâmia (atual Iraque), em especial as terras de aluvião ao sul, e ao chamado Crescente Fértil, um arco que vai do nordeste da África ao Oriente Médio, compreendendo os

vales do rio Nilo, e os vales dos rios Tigre e Eufrates. Muitas civilizações conhecidas habitaram esta parcela do mundo, de onde atualmente se têm as datações arqueológicas mais antigas com evidências das primeiras espécies de plantas e animais domesticados, os primeiros agrupamentos que se podem chamar de cidades e os indícios do início de uma forma de organização política, econômica e social contendo os germes do Estado. Porém, a despeito da linearidade que se supõe entre esses três elementos, o que as evidências arqueológicas e históricas mostram é que entre o estabelecimento das primeiras relações de domesticação e o surgimento dos proto-Estados, houve um *gap* de vários milhares de anos. É em torno deste formidável paradoxo que Scott vai desenvolver seu argumento “contra o Estado”. Como o autor coloca, essa defasagem é um problema para os teóricos que naturalizam a forma estatal e assumem que, uma vez estabelecidas as culturas e o sedentarismo, os requisitos tecnológicos e demográficos, respectivamente, para a formação do Estado, os Estados/impérios surgiriam imediatamente como as unidades de ordem política mais lógicas e eficientes.

Desconcertante, no entanto, para a narrativa convencional, que assume, por exemplo, que o sedentarismo foi uma consequência do desenvolvimento da agricultura e do estabelecimento dos campos de cultivo, levando posteriormente, graças a concentração de pessoas e da produção agrícola, à formação de proto-Estados, é o fato de que na verdade, sedentarismo foi bastante comum em ambientes ecologicamente ricos e variados, especialmente em áreas úmidas que fazem fronteira com as rotas migratórias sazonais de peixes, pássaros e animais de maior porte. E ainda assim, Scott aponta evidências que sugerem que, em toda parte, houve certa resistência aos assentamentos permanentes por parte das pessoas cujos modos de vida eram caracterizados pela mobilidade, mesmo em condições favoráveis como as citadas agora. Não há, portanto, diz o autor, nenhuma garantia nem razão suficiente para supor que o sedentarismo seja uma aspiração universal na história humana.

No centro do épico (no sentido de que tudo indica mesmo se tratar de uma história fantástica) descrito pela narrativa convencional está a ideia de domesticação como o grande ato civilizacional. Entretanto, mais uma vez Scott arrola diversos elementos que apontam que em relação a isso, também, “a história não é bem assim”. O argumento de Scott se desenvolve em grande parte ao redor dos grãos. A esse respeito, a maioria, senão todas as inovações tecnológicas e ferramentas de cultivo e colheita já existiam muito antes das primeiras sementes serem plantadas em campos lavrados, desenvolvidas para coletar e processar grãos não diretamente cultivados. Da mesma forma, as alterações morfológicas nas sementes de grãos que a Arqueobotânica busca como indício de domesticação de uma espécie parecem terem ocorrido bem antes que os grãos fossem amplamente cultivados. Os mesmos tipos de ambiguidades são válidas em relação a domesticação de animais como as ovelhas e as cabras, apontando tanto para a arbitrariedade e falta de sentido

na identificação de um evento único, um ato singular de domesticação, como reforçando o quadro, já bastante robusto no que concerne às evidências arqueológicas e genéticas, de um longo período – aproximadamente três mil anos – de relações co-evolutivas com as espécies que viriam a ser conhecidas como domesticadas, através de estratégias múltiplas e combinadas de forrageio e cultivos modestos e esparsos.

Contudo, admite o autor, mesmo não sendo estritamente necessárias ao sedentarismo, relações de domesticação criaram condições para uma concentração de pessoas e de alimentos sem precedentes, principalmente em lugares com certas configurações agro-ecológicas favoráveis. Scott chama esses sítios de *late-Neolithic multispecies resettlement camps*, tomando-os para refletir sobre os tipos emergentes de relação entre espécies ensejadas a partir deles e as novas pressões evolutivas e adaptações criadas. Scott não deixa de considerar também o papel das diversas agências não-humanas – plantas, animais e microrganismos – nessas relações, pensando a domesticação de maneira bastante ampla. O autor aponta que, mesmo que consideremos o esforço do *Homo sapiens* em moldar o ambiente como um todo de acordo com suas necessidades e preferências, neste quadro amplo, dado o conhecimento necessariamente fragmentado das dinâmicas ambientais, pode-se dizer que esse esforço foi (e tem sido) mais abundante em consequências não intencionais do que nos supostos efeitos pretendidos.

Estas questões vão ganhando uma dimensão diferente no livro, e um vocabulário mais identificado com a economia política começa a aparecer conforme o autor passa dos *reassentamentos multiespécies do final do Neolítico* (para arriscar uma tradução) ao complexo do *domus*, esse novo campo de agenciamentos criado mais ou menos de modo artificial pela combinação entre sedentarismo e cultivo de grãos, mas que também engloba a casa e suas dependências, currais, quintais e pomares. Paulatinamente, o argumento se volta para a domesticação das próprias pessoas, na medida em que este módulo do *domus* torna-se alvo de apropriação e é amplificado e potencializado por uma classe não produtora, formada por elites religiosas e militares. A “hipótese do grão” (*the grain hypothesis*) levantada pelo autor é de que grãos são mais adequados para produção concentrada, avaliação de impostos, apropriação, recenseamento, armazenamento e racionamento. Assim, a formação do Estado se torna possível somente quando existem poucas alternativas em relação a uma dieta quase que inteiramente dominada por grãos domesticados. Enquanto a subsistência possa ser garantida através de várias redes de obtenção de alimentos e outros recursos, como é para caçadores-coletores, cultivadores de roça, forrageiros marinhos, e outras grupos organizados em torno de estratégias de mobilidade, é improvável que surja um Estado, na medida em que, aliado à maior dispersão de pessoas, não há um tipo de produção prontamente acessível e avaliável para servir como base para apropriação.

À primeira vista, o esquema pode até dar a impressão de carregar um ranço evolucionista, mas o ponto é justamente que esse complexo só se estabeleceu em lugares muito específicos e foi uma instância altamente sazonal e frágil durante muitos e muitos séculos, passando por ciclos de concentração e dispersão sucessivos, períodos os quais arqueólogos e historiadores chamaram comumente de *colapsos*. O “colapso”, entretanto, alerta Scott, só era visto de forma trágica pelas elites que lutavam para manter o controle político e econômico. Para a maioria da população esses períodos representaram, muito possivelmente, uma maior liberdade e melhores condições alimentares e de saúde. Algumas configurações agro-ecológicas podem ser consideradas “pré-adaptadas” para a concentração da produção de grãos e de população humana, devido aos solos ricos em sedimentos e água abundante, e estas áreas são, por sua vez, possíveis locais para a formação do Estado. Mais tarde, contudo, os motivos para as populações evitarem o jugo político e econômico dos proto-Estados, assim como as constantes ameaças à manutenção dos mesmos, eram muitos: trabalho forçado, impostos, guerras e epidemias, para citar os principais.

É impressionante mesmo que esse modelo tenha vindo a se tornar hegemonicó por todo o mundo antigo – e aqui estamos hoje. A sugestão de Scott é de que talvez na relação mesma com uma das grandes ameaças aos proto-Estados, os ditos bárbaros, possa se entender essa “ironia do destino”. O autor usa intencionalmente de forma sarcástica o termo “bárbaros” para se referir a todas aquelas populações, a maior parte do mundo, diga-se de passagem, que viviam fora do alcance político do Estado e cujo modo de vida era caracterizado pela diversidade das estratégias de subsistência e pela mobilidade territorial. Acontece que, dada a alta concentração de recursos, os proto-Estados emergentes eram lugares perfeitos onde esses grupos, por vezes organizados em confederações com forte poderio militar, podiam conseguir tudo que queriam prontamente. Porém, muito além da dicotomia, o que Scott indica é que houve uma forte interdependência entre os dois lados, que diferiam nos métodos, mas cujos objetivos eram parecidos – apropriar e controlar o complexo de produção agrária e a mão-de-obra nele contida.

Ao longo do livro, como irão perceber aqueles que o lerem, muitas categorias e conceitos permanecem intocados, o argumento recai em certos momentos em um generalismo um pouco incômodo, fruto de certo da quase inescapável grande narrativa proporcionada pelos dados com os quais o autor lida. Porém, o próprio autor admite que o trabalho se trata de uma espécie de incursão clandestina (*poaching*) em áreas que não são de seu domínio direto. Nisto eu me identifiquei com Scott.

O ponto que gostaria de destacar, entretanto, é que Scott traz elementos importantes para pensarmos novas narrativas científicas sobre a domesticação, como a interpenetração biológica nas relações interespécies e o papel das

agencias não-humanas, assim como a necessidade de repensar o conceito não apenas à luz de resultados em pesquisas atuais, mas também dada sua identificação com ideias de progresso, dominação e controle. Ao fazer isso, o livro compartilha das mesmas preocupações que estudos recentes levados a cabo por etnógrafos multiespécies envolvendo estas questões (Swanson, Lien & Ween, 2018).

Mais especificamente, acredito que esses elementos se ligam, e podem fornecer uma boa imaginação, mas também mais do que isso – suspeito - à discussão sobre a ideia de *domesticação da Amazônia* (Levis, 2018), ajudando a pensar algumas questões recalcitrantes também para a arqueologia da região, como a enorme distância entre o passado arqueológico de algumas partes da imensa bacia, onde se observa a incidência de grandes assentamentos e indícios de uma organização política e social semelhantes aos proto-Estados (Heckenberger & Neves, 2009) e a realidade contemporânea de boa parte dos grupos indígenas, dispersos, avessos às grandes concentrações e cuja organização é marcada por estratégias múltiplas de obtenção de recursos e complexas relações de manejo da floresta (Mendes dos Santos, 2016).

Referências

- HECKENBERGER, M., & Neves, E. G. (2009). Amazonian archaeology. *Ann. Rev. Anthropol.*, 38, 251-266. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-091908-164310>
- LEVIS, CAROLINA. (2018). *Domestication of Amazonian Forests*. (Tese de doutorado). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Wageningen University, Brazil / Netherlands.
- MENDES DOS SANTOS, Gilton. (2016). Plantas e Parentelas – notas sobre a história da agricultura no Médio Purus. Em: Mendes dos Santos, Gilton e Miguel Aparicio (Orgs.), *Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus* (pp 19-40). Manaus, Edua.
- SWANSON, HEATHER Anne, Marianne Elisabeth Lien, e Gro B. Ween (orgs.). (2018). *Domestication Gone Wild. Politics and Practices of Multispecies Relations*. Durham and London: Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822371649>